



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

EDUCAÇÃO NO CAMPO OU DO CAMPO?: uma pergunta que ecoa práticas e resistências

VALÉRIA MOREIRA DIAS¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

LUCIANA BATISTA DE MATOS²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

KALINE KEIZE SOUZA VIEIRA³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

O debate sobre educação do campo ou no campo evidencia a diferença entre simplesmente localizar a escola no território rural e construir uma proposta educativa a partir da realidade dos sujeitos que nela vivem. A educação do campo valoriza saberes, culturas e modos de vida das comunidades rurais, rompendo com práticas descontextualizadas e promovendo identidade e pertencimento. Essa perspectiva surge das mobilizações históricas de camponeses, educadores e movimentos sociais, propondo práticas pedagógicas enraizadas no cotidiano dos estudantes. Para sua efetivação, são essenciais formação docente contextualizada, políticas públicas adequadas e materiais pedagógicos específicos. Mais do que uma política educacional, a educação do campo constitui-se como projeto de sociedade, fortalecendo comunidades, território e dignidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimento Social. Valorização.

Introdução

O questionamento sobre educação do campo ou no campo provoca reflexões que emergem de uma luta coletiva por pertencimento e reconhecimento. Falar em educação no campo pode se limitar a indicar apenas a localização da escola. Já falar em Educação do Campo significa reconhecer quem são os sujeitos que habitam esses territórios, suas formas de vida, suas produções, resistências e, sobretudo, os saberes que constroem e compartilham, como aponta Caldart (2002).

Essa diferença importa, porque muitas vezes a escola do campo tenta copiar o modelo da cidade, ignorando as realidades e os saberes que existem nesse contexto social. Como aponta Arroyo (2004, p.16), "não se trata apenas de garantir o direito à educação, mas de lutar

¹ Graduanda em pedagogia, extensionista no Projeto Contando Africanidades: valorizando as matrizes étnico-culturais por meio da contação de histórias. <https://orcid.org/0009-0004-7585-6345>
valeriamoreiradias01@gmail.com

² Graduanda em pedagogia, monitora da disciplina História da Educação. <https://orcid.org/0009-0007-7695-4598>
matosluciana100@gmail.com

³ Graduanda em pedagogia, extensionista no Projeto Contando Africanidades: valorizando as matrizes étnico-culturais por meio da contação de histórias. kalinesouza788@gmail.com



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

pelo direito a uma outra educação", que respeite os conhecimentos dos povos do campo e valorize suas matrizes culturais.

Além disso, a escolha entre “no” e “do” revela também um posicionamento político e pedagógico. A educação do campo não é apenas uma escola localizada na zona rural, mas um projeto educativo construído a partir da realidade camponesa, das lutas sociais e dos movimentos que historicamente reivindicam o direito de aprender sem precisar abandonar suas raízes. Para Caldart (2004, p.26), “não basta levar a escola até o campo, é preciso pensar uma escola enraizada no campo e comprometida com seus sujeitos”. Desse modo, a escola do campo deve considerar as especificidades dos constituintes daquele espaço.

Refletir sobre essa diferença é também questionar as práticas escolares que por vezes silenciam os saberes do campo e reforçam uma visão urbana como modelo ideal. A educação do campo, segundo Caldart (2004), é fruto da resistência de comunidades que, ao longo do tempo, têm defendido um outro projeto de sociedade, baseado na coletividade e na valorização da terra, o que traz uma perspectiva revolucionária que visa o bem viver das pessoas que habitam no campo.

Metodologia

A pesquisa em questão adotou uma metodologia bibliográfica, seu objetivo foi analisar dados a partir da perspectiva de teóricos renomados como Caldart (2002 e 2004), Arroyo (2004), Freire (1987) e Fernandes (2011). Esses autores oferecem contribuições fundamentais sobre o tema em análise, servindo de base para a construção do conhecimento.

A escolha por essa abordagem metodológica se justifica pela própria natureza do trabalho científico, que conforme destaca Fonseca (2002), são inerentemente uma pesquisa bibliográfica. Isso ocorre porque qualquer investigação parte da análise crítica de trabalhos já publicados, sejam eles artigos, livros ou outras fontes para que o pesquisador possa encontrar referências e embasar suas ideias.

Essa visão é corroborada por Severino (2007), que afirma que a pesquisa bibliográfica se apoia em registros preexistentes, nela o pesquisador levanta e organiza informações com base nas contribuições já publicadas, construindo um arcabouço teórico sólido que sustenta a sua própria pesquisa. Assim, a metodologia bibliográfica não se limita a uma mera



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

compilação, mas sim a um processo de análise e interpretação de ideias que já existem, para gerar um novo conhecimento, a pesquisa busca contribuir para uma educação que vá além da simples transmissão de conteúdo, estabelecendo um diálogo direto com os contextos e as resistências que se originam nesse mesmo ambiente.

Desenvolvimento

Caldart (2004) mostra que a Educação do Campo é resultado de processos históricos que se consolidam a partir da organização social. Esse movimento nasce, sobretudo, das mobilizações de camponeses, educadores, movimentos sociais e sindicatos que, desde a década de 1990, lutam por uma escola que represente suas vivências, saberes e lutas. Trata-se de um processo que não surgiu de forma espontânea, mas que foi sendo construído por meio da resistência cotidiana e da reivindicação de direitos. Nesse contexto, o termo Educação do Campo se afirma como uma bandeira de luta e de reivindicação, ganhando força principalmente com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de organizações que compõem a Articulação Nacional por uma Educação do Campo (ANEOC). Tais movimentos não apenas demandam o acesso à escola, mas também denunciam a inadequação dos modelos urbanos impostos ao campo, defendendo uma educação vinculada à vida e às necessidades concretas dos povos camponeses.

Ao discutir essa construção, Caldart (2004, p.30) enfatiza que “a Educação do Campo não pode ser pensada a partir da lógica urbana, mas sim a partir da realidade, das necessidades e dos projetos históricos dos sujeitos do campo”. Essa reflexão evidencia que não basta adaptar superficialmente o modelo escolar urbano, mas é necessário repensar profundamente as práticas pedagógicas, as políticas educacionais e os currículos, de modo a valorizar a especificidade dos territórios camponeses. Tal perspectiva exige romper com a lógica da homogeneização ainda presente nas políticas públicas e nas práticas escolares, que frequentemente tratam a ruralidade como sinônimo de atraso. A visão reducionista que enxerga o campo como lugar de carência ignora os saberes ancestrais, as culturas diversas e os modos de existência que sustentam a vida no campo, desconsiderando sua contribuição fundamental para a sociedade como um todo.

A escola do campo, quando reproduz o currículo urbano de forma descontextualizada, contribui para o esvaziamento cultural das comunidades e para o



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

deslocamento simbólico e físico dos sujeitos. Essa reprodução acrítica de conteúdos urbanos desconsidera os modos de vida locais, impondo valores que não dialogam com a realidade dos estudantes. Como analisa Arroyo (2004), as escolas rurais que tentam copiar o modelo urbano muitas vezes reforçam o sentimento de inferiorização, ao não considerarem as condições reais de vida dos estudantes e do contexto em que estão inseridos. Essa falta de reconhecimento gera desmotivação, fragiliza os laços entre escola e comunidade e compromete a aprendizagem significativa. A consequência disso é um afastamento da escola em relação à vida cotidiana do campo, dificultando não apenas a permanência dos alunos, mas também a construção de uma identidade fortalecida e positiva em relação ao espaço em que vivem.

Por outro lado, uma escola pensada a partir da Educação do Campo propõe práticas pedagógicas enraizadas no cotidiano dos estudantes, valorizando os contextos sociais, culturais e produtivos que os permeiam. Essa concepção educativa entende que o campo não deve ser visto apenas como espaço geográfico, mas como território de saberes, de memórias e de relações sociais. Nesse sentido, Freire (1987, p.68) defende que: “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”. Essa afirmação sustenta a proposta de uma pedagogia do campo, que reconhece e respeita a diversidade de conhecimentos construídos nas experiências de vida dos sujeitos camponeses. A valorização desses saberes não significa negar o acesso a outros conhecimentos, mas criar pontes que permitam o diálogo entre diferentes formas de saber, possibilitando uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora.

Desse modo, é importante ressaltar que a formação de professores é um dos pontos cruciais para a consolidação da Educação do Campo. Ainda hoje, muitos docentes atuam nas escolas do campo sem preparo adequado para lidar com os desafios e as potencialidades desse contexto. A formação inicial, frequentemente concebida a partir de uma lógica urbana e descontextualizada, não oferece ferramentas suficientes para que o educador compreenda e valorize os saberes locais, tampouco para que desenvolva práticas pedagógicas alinhadas às realidades dos estudantes. Por isso, torna-se fundamental investir em processos formativos que contemplem a especificidade do campo, permitindo que os professores atuem como mediadores do diálogo entre os conhecimentos locais e os conhecimentos científicos,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

A Educação do Campo, portanto, não deve ser pensada como uma política isolada, setorial ou emergencial, mas como parte de um projeto maior de sociedade. Essa concepção extrapola os limites da escola e se articula diretamente com a luta por justiça social, soberania alimentar e direito ao território. Como destaca Fernandes (2011, p.24), “a luta por uma educação do campo é inseparável da luta pela terra e pela reforma agrária”. Essa afirmação demonstra que pensar em Educação do Campo é pensar em condições de dignidade, de permanência no campo e de pleno exercício da cidadania. Em outras palavras, trata-se de garantir que os sujeitos do campo possam viver, produzir e aprender sem abrir mão de sua identidade, de seus saberes e de sua cultura, afirmando o campo como espaço de vida e de futuro.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, observou-se que a Educação do Campo se constitui como uma proposta pedagógica forjada na luta por reconhecimento e pertencimento. Essa modalidade rompe com a lógica colonizadora da escola tradicional e propõe uma educação construída com os sujeitos do campo, respeitando sua cultura, seus tempos e seus modos de vida. Tal perspectiva se contrapõe a uma concepção hegemônica de escola que, historicamente, marginalizou a população camponesa ao tratar seus saberes como secundários ou irrelevantes.

Nesse cenário, a valorização da Educação do Campo passa por políticas públicas que garantam financiamento adequado, formação de professores contextualizada e materiais didáticos específicos. Mais do que isso, exige a construção de práticas pedagógicas que dialoguem diretamente com a realidade das comunidades, considerando o trabalho agrícola, as festas populares, as formas de organização coletiva e os modos de transmissão oral do conhecimento como elementos legítimos de aprendizagem. Assim, a escola do campo não deve ser pensada apenas como espaço de ensino formal, mas também como território de resistência cultural e social.

É fundamental reconhecer que o campo não é um espaço em atraso, como muitas vezes aparece no imaginário social, mas um espaço de construção de conhecimento, de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

produção de saberes ancestrais e de desenvolvimento de alternativas para a vida em sociedade. A agricultura familiar, os modos comunitários de organização e a relação com a terra expressam dimensões que precisam ser respeitadas e fortalecidas pela escola. Quando a educação dialoga com essa realidade, ela não apenas ensina conteúdos, mas também contribui para a valorização da identidade camponesa e para a permanência digna das famílias em seus territórios.

Por fim, como lembra Caldart (2004), a Educação do Campo não é apenas uma proposta educativa, mas um projeto de sociedade. Isso significa que sua defesa está intrinsecamente ligada à luta por reforma agrária, soberania alimentar, justiça social e democracia. E é nessa perspectiva que se deve continuar ecoando essa pergunta, alimentando práticas que não apenas ensinam, mas que transformam. A Educação do Campo, portanto, aponta para um horizonte em que o conhecimento escolar e os saberes da comunidade caminham juntos, construindo sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação de suas realidades.

Referências

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: **Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação do campo e a pedagogia da luta pela terra. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2011. p. 21-36.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.